



Uma visão para o

**Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e
Desenvolvimento Rural (CIRADR)**

Porto Alegre, Brasil • 7-10 Março 2006

**ACESSO E SEGURANÇA DA POSSE DA TERRA NO GANA:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA MELHORIA**

E

**O RELATÓRIO RESULTANTE DO DIÁLOGO TEMÁTICO
REALIZADO A 24 DE JANEIRO 2006**

**UM PROCESSO E UMA CONTRIBUIÇÃO NA PREPARAÇÃO PARA A CIRADR
"NOVOS DESAFIOS E OPÇÕES PARA A REVITALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS"**

**APRESENTADO POR BY OSMAN ALHASSAN , BOLSEIRO, INSTITUTO DE ESTUDOS
AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO GANA, LEGON**

FEVEREIRO, 2006

SUMÁRIO EXECUTIVO

Acesso e segurança da posse da terra são, no Gana, considerações chave dado que a maioria da sua população está envolvida, como agricultores, na produção de alimentos e outras culturas de rendimento. De acordo com o Censo sobre População e Habitação em 2000, 56,2% da população é rural; a maioria da qual depende exclusivamente de actividades agrícolas primárias para o seu sustento.

Nos últimos anos, as aspirações de desenvolvimento do país têm sido significativamente, e continuam a ser, consideravelmente atingidas, através da agricultura. A visão do Gana a longo termo é conseguir ser, por volta do ano 2020, um país com um rendimento médio e com uma significativa melhoria nos níveis de vida.

Como uma economia essencialmente agrícola, qualquer esperada melhoria no bem-estar humano deverá ver, em primeiro e último lugar, a melhoria da produção agrícola e da produtividade. Esta é uma tarefa assustadora visto que a população continua a crescer e se faz face a problemas relacionados com a acessibilidade e segurança da posse da terra.

Os impactes da insegurança do acesso à terra tem sido particularmente devastadores para grupos vulneráveis tais como mulheres, emigrantes e jovens sem terra. Existem preocupações de que, se estas tendências persistirem, estes e outros grupos encontrarão os seus direitos à terra marginalizados o que contribuirá para aprofundar a sua pobreza.

No Gana, são reconhecidos três regimes legais no que concerne à terra, compreendendo o consuetudinário, estatutário e, a prática comum. No entanto, cerca de 80% das terras no Gana estão sob a custódia das autoridades consuetudinárias, por esse motivo tem uma grande influência sobre a propriedade da terra e nas disposições de utilização.

A posse consuetudinária da terra é largamente caracterizada pela sua natureza não escrita, e normalmente gerida por uma autoridade tradicional tal como um chefe ou um cabeça de agregado familiar. A maioria dos Ganeses ainda adere a sistemas consuetudinários descentralizados de posse da terra.

No entanto, estas convenções consuetudinárias estão constantemente a ser redefinidas devido à expansão urbana, comercialização da terra e, alienação de terras pelas autoridades consuetudinárias. Tudo isto tem como resultado uma procura concorrencial da terra e um empobrecimento dos grupos mais pobres cujas necessidades de terra não são atingidos.

Enquanto o estado exerce o poder para, compulsivamente, adquirir terras por interesse público, algumas destas aquisições não foram claramente públicas. Os beneficiários da atribuição de terras estatais são maioritariamente pessoas privilegiadas na sociedade com a resultante iniquidade na distribuição de terras públicas.

Disposições estatutárias da terra tem significativamente influenciado a segurança da sua posse no Gana. Escrituras e registo de títulos possibilitam o registo de direito de terras quer como alodial ou como arrendamento. No entanto, apenas ganhos modestos foram conseguidos dada a fraca realização do processo. O registo da terra não assegurou o fácil acesso à terra e ao aumento da segurança dos direitos da terra.

Um Programa de Administração da Terra (PAT) está actualmente a decorrer para melhorar o acesso à terra e assegurar a certeza dos direitos da terra. Os objectivos do programa incluem o reforço dos secretariados consuetudinários da terra, o reforço do sector público e privado de administração de terras e instituições de gestão e, registos e títulos de terras sistemáticos piloto.

No Gana, o imenso papel das mulheres na agricultura tem sido reconhecido. Mas a maioria dessas mulheres apenas tem direitos secundários ou derivados; o direito de possuir ou usar a terra resulta da relação das mulheres com homens (p. exp. como esposas).

Mecanismos tradicionais estabelecidos para assegurar transparência e equidade social já não são observados mesmo se são supostos de ainda existirem. Algumas autoridades tradicionais estão a fazer novas leis para consolidarem os seus direitos de terras e possibilitar-lhes apropriarem-se delas para seu próprio proveito. Justificam as suas acções reivindicando que estas regras consuetudinárias estão desactualizadas e necessitam de ser alteradas para se adaptarem às modernas circunstâncias.

As instituições estatais responsáveis pela gestão da terra tem falta de pessoal, faltam-lhes condições logísticas básicas com que trabalhar, e falta de transparência e de responsabilidade em relação aos seus constituintes. Tem sido ineficientes e tem tido tendência a exacerbar a situação.

Tendo em consideração as discussões precedentes, os participantes no *Workshop* temático propuseram algumas recomendações de forma a facilitar o acesso à terra e reforçar a segurança da posse, no Gana. Estas incluem o seguinte:

- (i) Criar sensibilização em desenvolvimentos contemporâneos na administração da terra para benefício dos agricultores.
- (ii) Assegurar a efectiva execução dos objectivos dos PAT, os PAT devem facilitar e envolver a sociedade civil no reforço da capacidade de intervenção, dependendo na sua competência.
- (iii) Existem colaborações e redes de trabalho fracas entre as ONGs, OSCs e organizações de produtores no Gana. Deve ser criado um ambiente de aprendizagem para possibilitar a partilha de experiências que melhore a informação, reforce a tomada de decisão e aumente as capacidades das várias organizações.
- (iv) Através do trabalho em rede com organizações com base nos agricultores tais como a Organização 'Apex' de Agricultores do Gana (APFOG) que tem uma vasta rede de associados por todo o país e que pode usar essa rede para canalizar informação vital sobre modalidades para atingir, no Gana, uma melhor gestão da terra e recursos naturais.
- (v) Os PAT devem facilitar a realização de novas reformas administrativas da terra através de fóruns nacionais e locais sobre gestão da terra e, num sentido mais amplo, recursos naturais. Parcerias do CIRADR teriam um grande

alcance apoiando a redefinição das políticas associadas com a administração da terra no Gana. Isto é particularmente importante vindo na altura em que um programa de administração da terra está em curso e, procurando uma mais estreita colaboração e parceria com as OSCs, ONGs e autoridades tradicionais, apenas para citar alguns, contribuiria significativamente para dar resposta às preocupações sociais prioritárias identificadas pelos PAT.